

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Motorista

Movimentos bolsonaristas tentam impulsionar viagens de ônibus para levar manifestantes aos atos do dia 7 de setembro em Brasília e São Paulo, mas o setor de transporte rodoviário diz que, até agora, não registrou aquecimento na demanda relacionado aos eventos a favor de Jair Bolsonaro. Segundo o deputado federal Coronel Tadeu (PSL-SP), que apoia as excursões, estão confirmados mais de 50 ônibus de todas as regiões do país com destino à capital paulista.

PISTA Em grupos de WhatsApp bolsonaristas circulam mensagens chamando para as “caravanas da independência” saindo de Minas Gerais, Espírito Santo, estados da região Sul e cidades de SP, com passagens de R\$ 80 a R\$ 160.

PNEU A startup de venda de passagens de ônibus Buser, de fato, está vendo o próximo 7 de setembro como o melhor desde a fundação da plataforma há quatro anos. A expectativa é transportar mais de 100 mil passageiros no feriado. Porém, as rotas com mais reservas são viagens com origem e destino litorâneo.

MALA No mercado de ônibus regulares, o feriado também é esperado como mais um degrau rumo à retomada na crise. Mas não há sinais de que as manifestações serão um impulsionador disso. Segundo Letícia Pineschi, da Abrati (associação das empresas de transportes de passageiros), as rotas mais demandadas têm as praias como destino, especialmente nos estados de SP, RJ, Pernambuco e Ceará.

VAQUINHA Além das listas de WhatsApp que tentam preencher vagas nos fretados, há esforços de pessoas físicas, como o produtor rural Leandro Almeida, de Uruguaiana (RS), que chamou os amigos para dividir o custo de R\$ 24 mil por um ônibus rumo a Brasília no feriado. Ele diz que reuniu 48 pessoas, mas não prevê alugar outro veículo.

ROTA Outra excursão, que sairá de Santa Rosa (RS) para Brasília, foi organizada pelo coronel da reserva da Brigada Militar, Vladimir Ribas, e mais duas pessoas.

EXCURSÃO Também circulam no WhatsApp mensagens falsas estimulando as viagens. Uma das fake news, marcadas com o alerta “encaminhada com frequência” pelo app, diz que a fabricante de máquinas agrícolas Jacto, localizada em Pompeia (SP), vai pagar transporte de ônibus para levar manifestantes aos atos.

ESTRADA A Jacto nega participação nas manifestações pró-Bolsonaro. Procurada pelo PAINEL S.A., diz que não está organizando excursão alguma.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS
Ago., em % ao mês

7,73	8,00	4,05	7,89
Cheque especial	Empréstimo pessoal		

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência agosto

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	20%	R\$ 220,00
	R\$ 1.100,00		
Autônomo	Valor mín.	20%	R\$ 1.286,71
	R\$ 6.433,57		

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.set

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R\$ 1.100	5%	R\$ 55,00
------------	-----------	----	-----------

Assalariado

Até R\$ 1.100	Alíquota
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48	7,5%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22	9%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57	12%
De R\$ 6.433,58 a R\$ 12.867,14	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.set. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

REDE A Anatele os ministérios da Economia e das Comunicações abriram nesta quinta (26) uma consulta pública para receber sugestões sobre o modelo de tributação no setor de telecomunicações. O objetivo é colher propostas para um projeto que torne a cobrança mais simples e ágil. O governo diz que o processo também visa ampliar o acesso à banda larga e à inclusão digital.

QUASE O relaxamento nas restrições de funcionamento em São Paulo fez o Índice de Confiança do Empresário do Comércio subir pelo terceiro mês seguido. Em agosto, o indicador chegou a 107,8 pontos, 9% acima do registrado em julho, diz a FecomercioSP. O resultado é bastante superior aos 74,8 pontos do mesmo mês de 2020, e se aproxima dos 109,8 pontos alcançados em agosto de 2019, antes da pandemia.

ACESSO A Câmara aprovou nesta quinta (26) o projeto de lei que prevê a distribuição gratuita de absorventes a mulheres de baixa renda e em situação vulnerável. O texto, que segue para o Senado, é de 35 deputados, entre eles Marília Arraes e Tabata Amaral. O objetivo é combater a pobreza menstrual, que é a falta de acesso a produtos de higiene no período da menstruação.

CÓLICA O texto prevê um público de quase 6 milhões de mulheres e um custo de R\$ 84,5 milhões por ano, considerando oito absorventes mensais para cada uma.

ADISTÂNCIA A empresa baiana de fertilizantes Cibra vai desativar seu escritório que abrigava 90 funcionários na sede em Salvador e passa a adotar o home office permanente. A Cibra diz que uma parte dos profissionais já começou a voltar para suas cidades de origem.

MEU CACHORRO COMEU O Nubank lançou nesta quinta (26) uma versão para cachorros de seu cartão roxo. O brinquedo, que pode ser recheado com petiscos, é feito de borracha em parceria com a Zee.Dog. Segundo o banco digital, a ideia surgiu porque a empresa recebeu 6.000 relatos de clientes que tiveram os cartões destruídos pelos próprios pets nos últimos oito anos.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

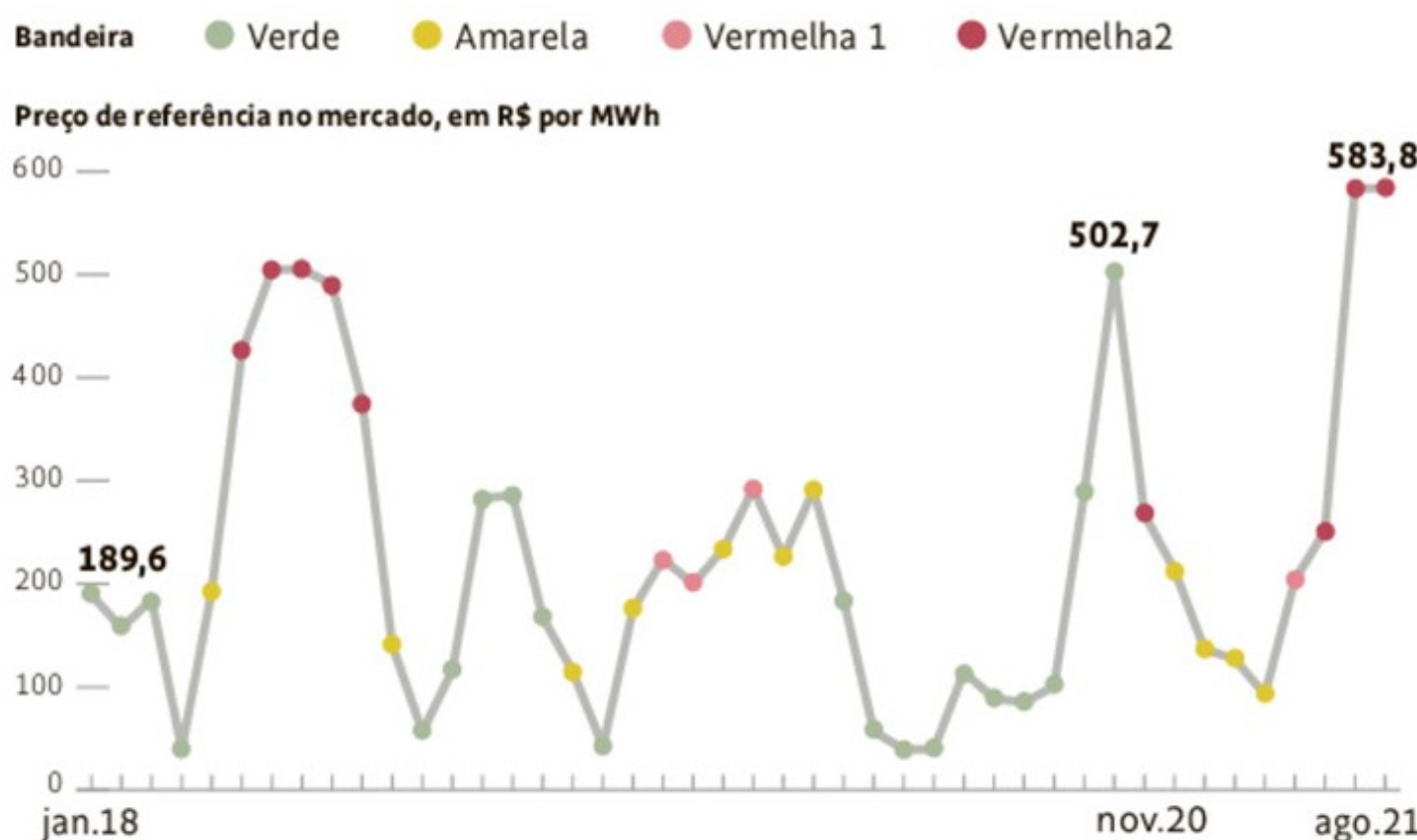
EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.296,32	Valor, em R\$
Empregado	116,66
Empregador	259,26

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 6.set. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

A escalada da crise de energia

Bandeira vermelha deve permanecer em vigência e dobrar de valor



15%
É quanto a conta de luz pode subir para os clientes residenciais caso a bandeira vermelha 2 sofra um reajuste de até 100%, como projetado pelo mercado
Fonte: Aneel

R\$ 2.000
É o preço médio pago para que usinas termelétricas produzam energia para suprir a falta de água que compromete a geração hidrelétrica, muito mais barata

R\$ 583
É o valor de referência (PLD) do MWh (megawatt-hora) negociado no mercado

O que é a bandeira tarifária?

Um sistema de preços que reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica e que são adicionados às tarifas cobradas regularmente pelas concessionárias

Quais os tipos?

A verde, que acarreta custos adicionais ao consumidor, reflete abundância de água no sistema e uma situação de normalidade para a geração pelas usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN). A amarela significa alerta e a vermelha possui dois patamares, 1 e 2. O segundo piso é o cenário de maior escassez, em que estamos operando no momento. É o mais caro

Como é feito o reajuste?

Uma vez por ano a Aneel pode refazer a metodologia do cálculo, algo que está sendo avaliado neste momento. No entanto, mensalmente, os custos de geração do sistema são revisados e repassados para o valor das bandeiras

Conta de luz pode ter de subir mais 15% para cobrir alta no custo de geração

Representantes do setor e analistas estimam que valor da bandeira vermelha 2 teria de dobrar de valor em setembro

Julio Wiziack

BRASÍLIA Representantes de distribuidoras, associações de consumidores e analistas de mercado estimam que a bandeira vermelha 2 — a mais cara na conta de luz — terá de dobrar de valor em setembro para cobrir a alta dos custos de geração de energia.

Se a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) adotar medida nesse sentido, a conta de luz passará por um reajuste médio de 15,2%.

Com a maior crise hídrica dos últimos 91 anos, as hidrelétricas perderam espaço na oferta, enquanto o governo se viu obrigado a acionar termicas — fonte mais cara, cujo custo é repassado ao consumidor.

As bandeiras — verde, amarela e vermelha — constam da conta de luz e servem para indicar a necessidade de se reduzir o consumo. Caso contrário, o cliente paga mais.

Quando lhe foi perguntado, o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) disse à **Folha** que, embora a “atualização” das bandeiras seja competência da Aneel, ela “contempla o valor necessário para a cobertura de custos de GSF [risco hidrológico] e de despacho termelétrico adicional, dentre outros [fatores]”. “Na atual conjuntura, esses custos estão aumentando. Os custos adicionais ou serão considerados na bandeira ou serão considerados na tarifa.”

Distribuidores e grandes consumidores, no entanto, aguardam um impacto mais forte via bandeira tarifária, o que acarretaria um aumento de até 15,2% caso passe de R\$ 94,90 para cerca de R\$ 190 o MWh (megawatt-hora).

A projeção desse aumento nas contas de luz foi feita pelo diretor de regulação da TR Soluções, Hélder Sousa. A empresa desenvolveu um sistema que simula as condições de projeção das tarifas consideradas pela Aneel.

Segundo Sousa, a tarifa média hoje sem impostos nem bandeiras é de R\$ 532 por MWh (megawatt-hora). Com a bandeira vermelha 2 a R\$ 94,92, o valor passa para R\$ 627. Se a bandeira for para R\$ 190, a tarifa saltará para R\$ 722 — um aumento de

15,2%. O cálculo não considera impostos.

Com o agravamento da crise hídrica, que fez secar rios que abastecem os reservatórios das hidrelétricas, o país passou a importar energia da Argentina e do Uruguai e a acionar termelétricas por, em média, R\$ 2.000 o MWh.

Muitas empresas, particularmente indústrias intensivas de energia, passaram a buscar o insumo no mercado livre para tentar amenizar seus custos.

Nesse mercado, o preço de referência (o chamado PLD) passou de R\$ 213, em janeiro deste ano, R\$ 583, em agosto.

A bandeira é um sistema que reflete justamente o aumento de custo variável da energia sempre que há fenômenos adversos, como uma seca muito intensa.

As concessionárias trabalham com tarifas reguladas sobre as quais incide o valor da bandeira vigente.

A pressão pelo repasse integral dos custos atuais para o sistema de bandeiras vem desde a última reunião da Aneel, no final de junho. Naquele momento, a área técnica da agência recomendou que o país continuasse consumindo energia com bandeira vermelha patamar 2 (a mais cara) e propôs um aumento para R\$ 115 o MWh — ou R\$ 11,50 a cada 100 kWh (quilowatt-hora).

Naquele momento, se o reajuste da bandeira vermelha nível 2 fosse de R\$ 11,50, o aumento previsto nas contas dos consumidores seria entre 10% e 15%, movimento que exerceria ainda mais pressão sobre a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

No acumulado dos últimos 12 meses até agosto, o IPCA-15 atingiu 9,3% — e um dos maiores impactos foi o da energia elétrica, que subiu 5% no mês, segundo o IBGE.

Por isso, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, preferiu uma proposta intermediária. Impor um reajuste de 52% na bandeira vermelha 2, o que daria R\$ 94,90 o MWh. Essa foi a decisão do conselho diretor, no final de junho.

Com a decisão, o diretor da agência optou por parcelar o reajuste, postergando cerca de R\$ 3 bilhões para as tarifas

+
‘NÃO ADIANTA FICAR CHORANDO’, DIZ GUEDES SOBRE ALTA NA CONTA DE LUZ

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (26) que usou a expressão “qual o problema” quanto ao aumento da energia elétrica para dizer que a crise hídrica é uma variável que o governo não controla, mas que deve enfrentar a de frente. “Não adianta ficar sentado chorando”, afirmou ele, ao participar de audiência pública no Senado, sinalizando ver hoje antecipação das eleições e descredenciamento das instituições, inclusive da mídia, defendendo que sua fala foi tirada de contexto. Na quarta-feira (25), o ministro relacionou o aumento da energia, que tem pressionado a inflação, à escassez das chuvas. “Qual que é o problema agora que a energia vai ficar um pouco mais cara porque choveu menos?”, disse ele, no lançamento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo na Câmara dos Deputados.

em outro momento.

Para isso, realizou uma consulta pública para que os consumidores decidam se preferem que esse repasse seja feito ainda neste ano. A expectativa no mercado é que a decisão saia nos próximos dias.

Desde então, a situação das geradoras ficou ainda pior diante do agravamento da seca.

O diretor-geral do ONS (Operadora Nacional do Sistema), Luiz Carlos Ciocchi, afirmou na quarta-feira (25) que havia previsão de chuvas na região Sul entre julho e agosto, mas elas foram frustradas, o que levou o grupo de monitoramento emergencial da crise a tomar medidas mais drásticas de preservação da água no sistema e partir para um pacote de incentivo à redução de consumo por consumidores do mercado regulado (residencial e empresas de menor) e para grandes consumidores.

O programa de redução de consumo de consumidores residenciais foi anunciado no Ministério de Minas e Energia também na quarta, sem os detalhes mais importantes. Durante o evento, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, rechaçou racionamento.

Na avaliação de assessores do Palácio do Planalto, a adoção de um racionamento no momento prejudicaria ainda mais Jair Bolsonaro em sua campanha pela reeleição.

O presidente vê sua popularidade despencar diante de medidas contra a pandemia e da degradação do cenário econômico. Para eles, palavras como racionamento e reajustes de preços precisam ser evitadas diante do custo político.

O ministro e sua equipe de secretários e até o diretor da Aneel se esquivaram de comentar sobre futuros reajustes das tarifas, algo dado como certo pelo mercado.

Pepitone, da Aneel, não explicou se o programa de descontos para os consumidores residenciais será capaz de amenizar as contas diante de um provável aumento da bandeira vermelha 2. Ele disse apenas que a agência está “estudando”, mas não explicou o quê.

Consultado, a Aneel não respondeu até a publicação desta reportagem.